

**Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela**

**Realizada no dia 25 de novembro de 2020**

**Ata N.º 33**

No dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte, pelas vinte horas e trinta e nove minutos, no Cine Teatro São João em Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**PONTO UM** – Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2021;

**PONTO DOIS** – Derrama – Taxas a aplicar;

**PONTO TRÊS** – Participação variável no IRS para 2021;

**PONTO QUATRO** – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2021;

**PONTO CINCO** – Transferência de Competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – pronúncia ao abrigo do Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, por alteração dos Decretos-Lei n.º 21/2019 e n.º 23/2019, nos domínios da Educação e da Saúde e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, no domínio da Ação Social;

**PONTO SEIS** – Alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível;

**PONTO SETE** – Alteração ao Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau;

**PONTO OITO** – Desafetação de Domínio Público e constituição de Direito de Superfície a favor da Fundação COI, para construção de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, no âmbito do Programa PARES 3.0;

**PONTO NOVE** – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de investimentos candidatados ao «Portugal 2020» - Adjudicação.

A Mesa foi constituída pela Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário Carlos Caçoete e Segunda Secretária, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;

- Sr. Luis Manuel Pato Paciência;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sra. Helena Maria Braz Almeida Matos Gaspar.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar;
- Sra. Luz Bela Correia Veríssimo.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Rezinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sra. Vereadora Palmira Maria Santinhos Hortense.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Maria João Camolas Contente Caleira da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de ordem pessoal e de luto, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião** que se encontra presente.
- **Sr. Jorge Manuel Cândido Mares do PS, Presidente da Junta de Freguesia de Palmela**, justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Sra. Helena Maria Bráz Almeida Matos Gaspar** secretária do executivo, que se encontra presente.
- **Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Luís Manuel Paciência Pato** que se encontra presente.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PSD/CDS**, justificou ausência à sessão, por motivos de ordem pessoal, tendo a falta sido considerada justificada.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião, Sr. Luís Manuel Paciência Pato da CDU** e a **Sra. Helena Maria Bráz Almeida Matos Gaspar do PS**, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apenas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Presidente de Mesa**:

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Senhores técnicos da Câmara Municipal, boa noite a todos.

Vamos começar a nossa sessão, queria pedir a vossa compreensão, ainda faltam várias pessoas, mas vamos começando, temos como objetivo não acabar muito tarde, embora como sabem todos temos uma

justificação maior que é exatamente a nossa presença neste órgão, basta a nossa identificação e a respetiva convocatória para confirmar a legitimidade da nossa presença na rua, eventualmente, a partir das vinte e três horas, mas pelo sim, pelo não, gostaríamos de acelerar a nossa reunião.

Pedia-vos também compreensão, para o facto de não conseguirmos ter os lugares marcados, como é habitual, mas sabem que temos tido duas das nossas funcionáras, aliás, não é duas das, é as duas funcionárias da Assembleia Municipal de baixa ao mesmo tempo e, portanto, o apoio que temos neste momento da Câmara Municipal é muito pouco, como é evidente para todas as tarefas que há para resolver, por isso, hoje aligeiramos e não se fez a marcação que habitualmente se faz nos lugares, mas já toda a gente sabe os lugares que ocupa normalmente e, portanto, bastando respeitar as indicações do "Covid-19" o resto, tudo funciona.

Vamos dar início à reunião de imediato, a ordem de trabalhos tem nove pontos como terão presente, o primeiro é a deliberação que diz respeito ao IMI, na taxa que deve ser aplicada em dois mil e vinte e um.

Desculpem, esqueci-me da chamada é uma reunião tão extraordinária, vamos fazer a chamada.

Não havendo intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período da Ordem do Dia.

### **Período da Ordem do Dia**

#### **A Sra. Presidente de Mesa:**

"Agora sim, vamos entrar diretamente na ordem de trabalhos e, portanto, convido o Sr. Presidente da Câmara a fazer a apresentação da sua proposta do IMI."

#### **PONTO UM – Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2021.**

##### **O Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Mesa, Sras. e Srs. da Assembleia, Vereadoras e Vereadores cordiais saudações.

Procurando saltar aqui alguns dos pontos da proposta e ir ao essencial recordar que o IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis, continua a ser a receita mais importante do município, já em dois mil e dezanove, correspondia a vinte e cinco vírgula seis por cento do total da receita, recordar que o IMI, noventa e nove por cento por cento destina-se aos municípios, um por cento às freguesias e o valor patrimonial apurado pela Autoridade Tributária e Aduaneira, recordar que compete às Assembleias Municipais aprovarem entre zero três e zero quarenta e cinco. Já quanto aos prédios rústicos está fixado no código do IMI que a percentagem será de zero vírgula oito e é uma receita que, felizmente, neste momento, é totalmente entregue às freguesias.

Apresentamos um quadro como habitualmente, para que seja possível verificar a evolução da liquidação do IMI no nosso concelho e as variações ocorridas e procurámos apenas ilustrar estes últimos três anos, ou melhor com o ano atual, os quatro anos. Voltamos a recordar que o financiamento autárquico passou a depender ainda mais desta receita, porque é sempre bom recordar que as transferências dos recursos públicos para os municípios desceu há uns anos a esta parte de vinte e cinco vírgula três para dezanove e meio por cento da média aritmética simples da receita proveniente do IRS, IRC e IVA arrecadados pelo Estado.

Este referencial de repartição dos impostos nacionais sofreu no corrente ano, um ligeiro ajustamento em resultado de uma das alterações ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais aprovadas em dois mil e dezoito, e que possibilitou que os municípios passem a receber uma parte da

receita do IVA liquidado no território do concelho referente ao alojamento restauração, comunicações eletricidade, água e gás.

Contudo, trata-se de um ajustamento ainda modesto, tendo em consideração, a dimensão do orçamento municipal, porque este ajustamento situa-se, prevemos para dois mil e vinte, duzentos e noventa e três mil euros, não quero pensar quanto será em dois mil e vinte e um, com a atual crise nestes setores e duzentos e cinquenta e três mil euros já se nota para dois mil e vinte e um, este abaixamento, mas possivelmente as coisas vão ser um pouco mais complicadas daí em diante.

Para além do peso que assume na estrutura municipal o IMI tem-se revelado ainda como uma das receitas mais resilientes assumindo-se a par do IUC-Imposto Único de Circulação, como uma das receitas mais estáveis, o que não acontece com a Derrama, e também não tem acontecido, mas por razões favoráveis com o IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, que tem-nos surpreendido e continua de certa forma, a permitir que possamos ir ao IMI e ir reduzindo progressivamente, como temos vindo a fazer nos últimos anos, o peso percentual deste imposto. Estão aqui os valores de IMI, desde dois mil e dez, quando começou a ser cobrado e a sua evolução.

A redução gradual, tem sido gradual e consistente para todos os contribuintes, temos vindo a promovê-la desde dois mil e catorze e tomou sempre em consideração esta avaliação global da situação financeira na autarquia. Este gradualismo resultou numa redução significativa da taxa que veio de zero quarenta e oito para zero trinta e seis em dois mil e vinte, possibilitando aos munícipes, uma poupança muito expressiva que, na média dos sete anos abrangidos, dois mil e catorze/dois mil e vinte, se estima ser superior a dois vírgula dois milhões de euros por ano, isto face a taxa máxima, tendo como referência o valor de liquidação, se fosse um valor acumulado de poupança estaria nos três milhões novecentos e quarenta mil euros. Apesar da conjuntura económica se ter alterado em dois mil e vinte, em virtude da crise pandémica e é esperada uma descida do PIB na ordem dos oito por cento o comportamento da derrama e da participação do IRS permitem acomodar as previsíveis perdas no IMT e nos impostos diretos pelo que se considera sustentável dar seguimento à política de redução gradual deste imposto fixando a taxa para os prédios urbanos em zero trinta e cinco, a que acresce a redução resultante da aplicação do designado IMI familiar cujo quadro nos apresenta aqui também uma previsão de devolução para as famílias, o total de uma bonificação de cento e oitenta e quatro mil e oitenta euros.

O que é que se propõe, o que é que a Câmara propõe à Assembleia, que a taxa a aplicar ao valor patrimonial de dois mil e vinte a cobrar em dois mil e vinte e um, se situe nos zero trinta e cinco. Depois, temos um conjunto de reduções, também de majorações de agravamentos, de incentivos, de minorações, que eu me absteria de escrever na totalidade, não são diferentes daquilo que temos vindo a utilizar numa primeira fase para o Centro Histórico, a partir de dois mil e seis numa segunda fase para o município a partir de dois mil e onze/dois mil e doze e aprofundado nos últimos anos que é que elas reduções para quem tem nas áreas de reabilitação urbana, os prédios reabilitados com um acréscimo ainda mais favorável, se tiverem reabilitados e arrendados, se for para arrendamento jovem, se for para comércio e serviços nestas zonas, há depois aqui um conjunto de outras reduções e ainda nos últimos anos também reduções, não só por causa das ARUs - Áreas de Reabilitação Urbana, mas, sobretudo também para as questões da Eficiência Energética, foram propostas, fomos aprovando ao longo do mandato, noutros regulamentos parcelares, mas que vem a ter aqui expressão também no IMI, e que seja também aplicado as reduções do designado IMI familiar. E muito genericamente, penso que foquei o essencial da proposta. Muito obrigado."

**A Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta proposta, questões, intervenções?

Dou a palavra Partido Socialista, José Carlos de Sousa por favor."

**O Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Muito boa noite Sra. Presidente, caríssimos Membros da Mesa, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, técnicos do município, quem nos assiste lá em casa e restantes Membros da Assembleia.

O Partido Socialista hoje, fará aqui uma tentativa de não gastar mais do que dois minutos em cada uma das intervenções, vou tentar.

Esta proposta relativamente ao IMI é muito idêntica à do anterior, trará pouca coisa de novo, gostava no entanto de saudar a inclusão na proposta do número de agregados familiares que são abrangidos pelo IMI familiar. Foi uma indicação que eu teria dado na sessão de há um ano a esta parte, li a ata, não a vou reproduzir aqui em função dos dois minutos, mas acho que tem lá algumas indicações muito interessantes sobre a forma como cada um de nós, acaba por ver estas questões relacionadas com o IMI.

Não repetiremos os argumentos destes últimos três anos, chegámos a dois mil e vinte e um e temos uma taxa de zero trinta e cinco, era o que o Partido Socialista preconizava aparentemente também era aquilo que a CDU preconizava, mas, enquanto a média nacional andava por este valor há quatro anos no início do mandato hoje já é inferior, nós continuamos sempre a correr por fora, o Sr. Presidente que foi atleta de atletismo, passo o pleonasma durante algum tempo, faz com que o munícipes de Palmela também corram sempre por fora, ou seja, gastamos mais energia sempre, para conseguir chegar a algum lado. Gostava de não dizer muito mais sobre isto, e deixar, com certeza para os programas eleitorais de cada um dos partidos aquilo que é a perspetiva de cada um, para esta questão do IMI que é, como o Senhor disse e muito bem a maior receita municipal.

As majorações e as minorações, continuo a ver algumas questões aqui na proposta que não posso deixar de não comentar, eu precisava que o Gabinete do Centro Histórico, por uma vez, nos fizesse genericamente chegar quantas casas foram alugadas por jovens nas zonas abrangidas pelo número seis da proposta, é porque falamos sistematicamente a mesma coisa, mas nunca conseguimos visualizar o que quer que seja, por outro lado, o Gabinete do Centro Histórico, que tipo de análise tem feito sobre o arrendamento jovem ou sobre o não arrendamento jovem é que, desde dois mil e seis que estamos genericamente a fazer o mesmo, e catorze anos depois que resultados é que temos quer no Centro Histórico, quer nas outras zonas históricas aqui abrangidas pela proposta, e portanto, necessitaríamos claramente de tentar perceber o que é que pode ainda vir a ser feito a esse nível.

Não me alongando mais, diria que esta política em relação ao IMI que tem também aqui nestes dois pontos, seis e oito, uma ligação muito clara com as questões da habitação têm sido algo descuidadas pelo município, em termos globais, naquilo que podíamos chamar como política de habitação, também aí penso que há lacunas graves que urge suprir mas, pronto, será, com certeza para um próximo executivo daqui a um ano trabalhar estas matérias, e era só Sra. Presidente obrigado."

**A Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Membro da Assembleia. Outras intervenções por favor, não há?

Então tem a palavra o Bloco de Esquerda, agora."

**O Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Boa noite Sra. Presidente, permita-me que na sua pessoa cumprimentar todos os Membros da Assembleia, Presidente da Câmara, Membros do executivo, Sras. e Srs. que estão-nos a seguir via online e à Comunicação Social que esteja presente.

Em relação à proposta, ao ler atentamente a proposta da Câmara Municipal para a aplicação de uma taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, em dois mil e vinte e um, de zero vírgula trinta e cinco por cento, começamos por ficar com a ideia de que são mais os aspetos negativos do que positivos para as finanças do município que resultam de uma descida gradual do IMI nos últimos anos. Como o Bloco de Esquerda já tem defendido esta descida fazia sentido, já há bastante tempo, embora consideremos que era possível ter havido uma redução mais ambiciosa, sem colocar em causa a saúde financeira do município.

Mas voltando à análise da proposta, vemos que a receita proveniente das transferências do Orçamento Geral do Estado, continuam a diminuir, constata-se que houve uma quebra de outras receitas, o que confere uma maior importância deste imposto para equilibrar o barco, e mesmo assim a tendência da receita que é imputada ao IMI também ela tem vindo a descer, fruto das reduções da taxa de IMI de anos anteriores. Vendo o quadro da página dois da proposta, à primeira vista vemos que tudo vai mal, mas depois com mais atenção, o quadro já parece mais animado, mais colorido.

O Bloco de Esquerda sempre defendeu nesta casa uma justa aplicação da taxa de IMI, mais equilibrada para todos os contribuintes naquilo que é o nosso ponto de vista, sempre houve a preocupação de não sobrecarregar uma elevada cobrança de imposto àqueles que são os mais atingidos pela conjuntura económica adversa e como é o caso, quando atravessamos uma crise pandémica que condiciona o tecido económico.

Num contexto difícil para todos os cidadãos e cidadãs, municípios e autarquias, valorizamos a tendência de descida do IMI, embora considerando que nos primeiros anos deste mandato era possível reduzir mais, contudo achamos que a descida que agora se verifica é positiva. Disse Sra. Presidente.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Agora dou a palavra ao PSD/CDS, por favor.”

**A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD-PP:**

“Boa noite a todos, na pessoa da Sra. Presidente, cumprimento, todos os presentes, eleitos, público, comunicação social, bem como a comunicação social ausente, com certeza nos está a ver através dos meios informáticos e o público que também nos esteja a seguir.

Efetivamente se bem se lembram, no programa eleitoral da Coligação Palmela Mais, defendemos descida do IMI não gradual, mas inicial. Logo não podemos deixar de nos congratular com esta descida, mas caso tivéssemos ganho as eleições e fosse o nosso Vereador o Presidente da Câmara teríamos enveredado por fazer uma baixa total logo de início. No programa da CDU a descida era faseada e, portanto, estão a cumprir com o vosso programa.

Na página três desta proposta, peço para corrigirem um lapso na cobrança, na variação máxima há um, três que está repetido, peço que seja corrigido. É um mero lapso de escrita.

Relativamente às majorações e as minorações na sua base tem essencialmente os mesmos pontos que nos anos anteriores. Recordo-me de ter sido aqui dito nesta Assembleia que havia informações que podiam vir anexas à proposta meramente como a informação mesmo que não fizessem parte integrante da mesma. Efetivamente não vieram, se bem que podemos sempre requerê-las caso, consigam fazê-lo com os elementos que têm.

Neste ponto, votaremos favoravelmente esta descida e nomeadamente essas informações, por exemplo, ao nível da eficiência energética também era uma informação interessante. Não basta estarmos a aprovar na nossa opinião aqui mera reduções, majorações e minorações, sem saber o impacto que elas têm anualmente e penso que a Câmara pode apurar esses valores.

Como disse, votaremos favoravelmente esta proposta. A questão do IMI familiar, sempre o defendemos, não foi nesta base na altura, mas também quer no Parlamento na Assembleia da República, quer aqui, defendemos isso. A CDU no primeiro ano não concordou connosco, mas depois veio a concordar com outro critério. O Partido Socialista na altura até concordou, mas veio a fazer isso em termos governamentais de outra maneira e, portanto, congratulamo-nos também com isso. Mas também gostávamos de ter alguns números sobre esse impacto mais concreto nestas majorações e minorações, nos arrendamentos. Eu sei que, às vezes são dados difíceis de obter, mas alguns conseguiremos com certeza e, portanto, iremos requerê-los mesmo que posteriormente. E é só obrigada.”



**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Obrigada.

Agora dou a palavra ao MIM.”

**O Sr. Mário Baltazar do MIM:**

“Sra. Presidente, caríssima Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Vereadoras, caríssimos Membros da Assembleia, público que nos ouve em casa, comunicação social, funcionários desta autarquia.

Em relação a esta matéria o MIM considera esta redução da determinação da taxa em zero trinta e cinco, uma redução saudável, embora todos nós saibamos e utilizando aqui uma frase do Sr. Vereador Adilo, na reunião de quatro de novembro do qual passo a citar: *“O atual estado de pandemia também levou ao decréscimo do rendimento de algumas famílias”*, e como é do conhecimento de todos vós, existem neste momento inúmeras famílias a viverem em grandes dificuldades, logo este esforço por parte da autarquia em efetuar esta redução torna-se uma mais-valia para os municípios do nosso concelho.

Queria aqui destacar a continuidade do IMI familiar, como estímulo e para as novas famílias que possam surgir no nosso território, e para terminar, gostaria de salientar o prosseguimento de majoração correspondente aos imóveis devolutos, no sentido de forçar os proprietários destes imóveis a tomarem as medidas essenciais para a resolução deste problema.

O MIM votará favoravelmente esta proposta. Obrigado.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Obrigada também.

Não havendo outras intervenções pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer reformular.”

**O Sr. Presidente da Câmara:**

“Muito obrigado Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, congratulo-me com o facto de acompanharem o sentido da proposta e relativamente a algumas observações feitas, dizer que o município está disponível para conhecer, por exemplo, outras propostas e outras metodologias e técnicas de apresentação desta proposta de outros municípios que queiram trazer, porque eu daquilo que conheço e conheço bastantes o nível de detalhe das propostas quer em números, quadros, comparações e aquilo que é possível apresentar em sede de proposta para um ano seguinte, a nossa proposta tem um nível de detalhe muito apreciável, mas isto só se consegue concluir isto depois de conhecermos, por exemplo, dos municípios aqui à volta.

Não obstante todos desejarmos possivelmente de estar na taxa mínima o percurso que foi feito foi um percurso sustentado e face ao elevado investimento que a autarquia tem feito, seja em obras, e que vai continuar a fazer, à quebra de receitas que já se nota muito acentuada de agosto para cá e também ao aumento significativo no investimento do combate à pandemia e nas funções sociais, eu creio que este caminho de compromisso que, aliás, parece unir todas as forças políticas e que é o caminho correto da redução progressiva deste imposto e, por isso congratulo-me com o facto de Palmela já o ano passado e penso que este ano vai continuar a ser, o Município da Península de Setúbal que mantém os valores mais baixos.

Relativamente às minorações, majorações, não sendo possível ter ao detalhe o número de imóveis, tenho no entanto, alguns números que posso com toda abertura e lisura e consideração partilhar com V.Exas. O ano passado nas minorações a cinquenta por cento, o município prescindiu de receber vinte e sete mil duzentos e doze euros e sessenta e seis cêntimos, no conjunto de imóveis que tiveram direito a uma minoração de trinta por cento, oitenta e cinco mil setecentos e quarenta e dois euros e treze cêntimos e houve majorações por causa dos devolutos, etc., e atenção que estamos a falar de IMI, não estamos a falar de outro tipo de



coimas, trinta e dois mil, cento e setenta e sete, vírgula trinta e três, é evidente que se aplicarmos os valores e se o número de imóveis forem os mesmos no próximo ano e se aplicarmos a taxa de zero trinta e cinco, teremos aqui um ligeiro decréscimo, como é óbvio.

Por outro lado, há uma pergunta que o Sr. Membro da Assembleia, José Carlos Sousa, gosta de colocar e que é legítima, e que sempre as colocou nas últimas Assembleias sobre esta matéria, e então qual é o valor de liquidação para os novos prédios a tributar? O valor de liquidação estimado para os novos prédios a tributar em dois mil e vinte e um, com zero trinta e cinco, dois mil e vinte e um, cifra-se nos seiscentos e dezasseis mil setecentos e setenta e dois virgula cinquenta e sete e, portanto relativamente ao IMI familiar, os números são esses, é um valor fixo pelo número de descendentes em cada agregado e esse é mais fácil objetivar todos os anos, embora haja crianças a nascer todos os dias e para o ano possa haver e oxalá, haja mais, mas estimamos com os números que temos à data e, portanto, esses foram os mais objetivos também que conseguimos, sinalizar.

Todos os outros dados, quando os conseguirmos, obviamente, teremos todo o interesse em fazer uma proposta não de cinco/seis páginas, mas, se calhar de dez, mas, pelo menos fica com todo o detalhe e toda a documentação que for possível apurar, mas eu creio que o nível de informação que aqui trazemos já é um nível muito acima da média. Disse Sra. Presidente."

**A Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente, então vamos votar."

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE).**

**A Sra. Presidente de Mesa**

"Passamos à segunda proposta."

**PONTO DOIS – Derrama – Taxas a aplicar.**

**O Sr. Presidente da Câmara:**

"Darei resumidamente pedindo, naturalmente que a proposta seja transcrita na íntegra, para ata, referir e recordar que se trata de uma Derrama, sobre o rendimento das pessoas coletivas até ao limite de um virgula cinco por cento sobre o lucro tributável sujeito, e não isento, que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica por sujeitos passivos que exerçam, a título principal, uma atividade comercial, industrial ou agrícola e que a taxa pode ser reduzida para os sujeitos passivos que tenham tido no ano anterior, um volume de negócios que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros.

Depois, temos o quadro com aquilo que tem sido a receita proveniente da derrama sobre o lucro tributável desde dois mil e dezasseis até dois mil e vinte. A estimativa que temos em dois mil e vinte é de três milhões e novecentos é uma estimativa, não alcançámos ainda, estamos muito longe à data de chegar ao final do ano, mas nunca sabemos se alguém vai pagar aí algumas coisas atrasadas.

Quanto à proposta em concreto, o que se propõe é aplicação da taxa de um virgula cinco e a isenção para as empresas com volume de negócios até, ou inferior, a cento e cinquenta mil euros. Em reconhecimento da importância das micro, pequenas empresas, para o tecido económico-social em particularmente do local enquanto geradores de emprego e são sobretudo pequenas empresas familiares, o município continua a optar, por exemptá-las de derrama e prevemos que isso constitua um benefício previsível em dois mil e vinte de cento e oito mil euros e que este ano abrangiu cerca de quinhentas e catorze empresas e pensamos que, no próximo ano faz sentido manter esta isenção, que se traduzirá num benefício estimado de cerca de

oitenta e nove mil euros, porquê? Porque já prevíamos, o número de empresas, tem vindo a definir desde março para cá, e não é assim muito animador, e por isso mesmo faz sentido, manter esta isenção para as empresas com volume de negócios até cento e cinquenta mil euros. Disse Sra. Presidente.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Muito bem.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre este tema quem quer dizer alguma coisa por favor, Partido Socialista.”

**O Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

“Sr. Presidente de Câmara, aprecio e tenho que fazer nota da relevância e da importância que dá às minhas perguntas, mesmo quando eu não as faço e, portanto, adorei ouvi-lo falar de uma coisa que eu este ano não perguntei que era o número dos prédios que iriam estar em tributação no ano seguinte, mas fiquei com a nota e agradeço-lhe.”

**O Sr. Presidente da Câmara:**

“Eu leio as atas, Sr. Membro, eu dou atenção, àquilo que V. Exa., diz.”

**O Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

“Eu pensava que o Senhor, só respondia a coisas no facebook, afinal, lê as atas também.”

**O Sr. Presidente da Câmara:**

“Olhe, que não respondo.”

**O Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

“Relativamente à derrama votaremos favoravelmente, todavia há só uma nota que eu gostava de deixar. Eu penso que temos que reescalonar estes cento e cinquenta mil euros de alguma maneira, ou até, os cento e cinquenta mil euros mil euros. Repare, o Senhor, o ano passado fez uma proposta idêntica à que tem aqui este ano, mas o ano passado não havia “Convid-19”, havia outra coisa, até havia uma tentativa de melhorar, a proposta está feita sempre, num sentido muito positivo, e que nós apoiámos, subscrevemos e votamos favoravelmente, não vamos deixar de votar favoravelmente, todavia o Senhor acaba por escrever que para este ano dois mil e vinte, “*Prevê-se uma queda de lucros da empresa por efeito da pandemia em linha com a quebra prevista do PIB de menos oito por cento*”, então e mantemos à mesma os cento e cinquenta mil euros, não haveria aqui um sinal diferente a dar, um reescalonamento se calhar até aos duzentos e cinquenta mil euros, para alguma coisa, e dos cento e cinquenta mil para outra? Não sei, é uma questão que deixamos que também foi discutida, politicamente, na Reunião de Câmara e que procuraremos, com certeza, dar resposta em função daquilo que são os tempos e as respostas têm que ser dadas em função dos tempos em que estamos, e não daquilo que é uma previsão que foi feita para um mandato de quatro anos, a todo o momento, temos objetivamente que tentar ter a capacidade suficiente para mudar, e para nos adaptarmos e eu penso que aqui poderia ter havido um pouco mais de capacidade disso mesmo, adaptação. Era só Sra. Presidente, muito obrigado.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Obrigada também.

Outras intervenções, há mais algum pedido de intervenção?

Tem a palavra o PSD/CDS, Maria Rosa Pinto.”

**A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD-PP:**

“Queremos aqui dizer, que também no nosso programa eleitoral à data foi conjunto, também defendemos esta aplicação e redução destes valores nas taxas a aplicar. O que queremos aqui dizer é que, aí talvez não concorde muito com a intervenção anterior, porque efetivamente os lucros das empresas e a faturação também vai ser mais baixo, não sei até que ponto é que a tal alteração iria ter alguma substância do ponto de vista do impacte real. Eu acho que aí, sobretudo, nalguns setores e que algumas Câmaras estão a fazer é para além do Governo, dar também, algum apoio à restauração e aos setores que se estão a sofrer mais com a pandemia, e aí também quando defendemos alguns princípios, temos que ter alguma coerência, por exemplo, na questão das médias que estão a ser tidas em conta ou estão a ser comunicadas na comunicação social, por exemplo a média da faturação dos restaurantes, efetivamente também aqui deveríamos defender que a média devia ser a do ano anterior, porque a pandemia começou quase no início do ano e ao fazemos uma média de seis meses anteriores, não estamos a dar grande ajuda ao setor.

Eu sei que, quando a manta é curta destapa-se de um lado, tapa-se do outro lado, mas efetivamente nestes critérios, temos que ser coerentes e defendemos que mesmo do ponto de vista municipal, algumas câmaras estão a dar apoios também diretos à restauração e a outros setores que têm sofrido mais, as famílias também, mas essas médias tinham que ser, com a retrospectiva do ano anterior, não com a média deste ano e é nisso que defendemos essa coerência, e é só, votaremos favoravelmente.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Obrigada.

Alguma intervenção?

Não havendo, Sr. Presidente da Câmara.”

**O Sr. Presidente da Câmara:**

“Muito obrigado Sra. Presidente.

Duas breves notas, a primeira para dizer que há alguns municípios, mesmo extravasando as suas competências são livres de dar os incentivos que entenderem, o município de Palmela também, tem incentivos para a restauração, cafés, esplanadas, reduções e isenções de tarifa fixa de água, tivemos e apresentaremos um plano nesse sentido nas próximas semanas.

Quanto à matéria em concreto, só esclarecer o Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, que o Código do SIMI, o código do IMI, não permite ir além dos cento e cinquenta mil euros é essa a informação jurídica que tenho e, portanto, não percebo a sua proposta ou a sua intervenção nesse sentido.

Era este esclarecimento, Sra. Presidente, disse.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Muito bem, obrigada Sr. Presidente.

Vamos votar então.”

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE).**

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Se quiser introduzir a proposta seguinte Sr. Presidente, esteja à vontade.”

**PONTO TRÊS – Participação variável no IRS para 2021.**

**O Sr. Presidente da Câmara:**

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Procurando também resumir nos termos do regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais lei, setenta e três de dois mil e treze., o município tem direito em cada ano a uma participação variável até cinco por cento no IRS dos sujeitos passivos, que aí tenham o seu domicílio fiscal relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a coleta líquida das deduções previstas no número um do artigo, septuagésimo oitavo do Código do IRS.

A referida participação depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida e comunicada à autoridade tributária. Recorde-se que a participação direta no IRS desde a sua entrada em vigor vem desde dois mil e sete destinou-se a compensar em parte a redução do fundo de equilíbrio financeiro a que já aludimos na proposta do IMI, a redução desse fundo para os municípios que passou com essa lei de trinta vírgula cinco para vinte e cinco vírgula três da média aritmética da receita proveniente do IRS, IRC e IVA, deduzido do montante afeto ao índice sintético de desenvolvimento social.

Atualmente esta participação situa-se em dezanove e meio por cento, isto para dizer que não obstante as autarquias poderem desde dois mil e sete, arrecadar até cinco por cento do IRS, a perda financeira das autarquias no montante global dos impostos que o Estado arrecada e que devia redistribuir melhor com as autarquias, é muito superior àquilo que os municípios efetivamente estão a receber com o IRS.

Depois, temos aqui o quadro desde dois mil e dezasseis até à estimativa de dois mil e vinte, onde se nota de facto, uma evolução da arrecadação desta receita, o que em nosso entender, é um indicador positivo, significa que há mais emprego que há mais rendimento das famílias e só paga IRS quem efetivamente ganha mais. Também recordar que nos últimos anos por via de várias intervenções e acordos na Assembleia da República, também foi possível mexer no teto das isenções do IRS e nalgum reescalamento, caminho que em nosso ver ainda se nos afigura insuficiente e há compromissos políticos para que essa revisão dos escalões do IRS introduza mais justiça, isente mais gente, sobretudo, quem tem menores rendimentos.

Para vos dizer que estimamos que possamos ir aos quatro milhões de euros, ultrapassando ligeiramente ao pretendermos arrecadar a percentagem de cinco por cento, mas esta questão do IRS, para além de ser uma receita legítima das autarquias tem que ver sobretudo com a forma como é redistribuída e como é aplicada e, quando tivermos oportunidade de apreciar as Grandes Opções do Plano e perceber um conjunto de medidas que tem um forte investimento nas crianças, nas famílias, nos idosos e nos setores mais vulneráveis, perceber-se-á que o investimento municipal nessas áreas é muito superior àquilo que efetivamente arrecadamos do IRS.

Antecipando também, aqui já outras questões, devo dizer-vos que da parte da maioria, nós sempre considerámos esta devolução, fosse, qual fosse, que percentagem for, uma devolução pernicioso na medida em que favorece, sobretudo quem mais rendimentos tem, ao passo que sendo utilizada esta receita em políticas sociais ativas, elas chegam, essas políticas a quem mais necessita, é também uma forma de redistribuição mais justa e dou-vos este exemplo, porque aqui tivemos necessidade também de fazer alguns exercícios quer em anos anteriores, quer atualmente, e vou por exemplo, para um agregado familiar de rendimento baixo, novecentos euros de salário mensal, um casal, cada um com novecentos euros, teria por exemplo, por um por cento de redução do IRS um benefício de quarenta e cinco euros e noventa e sete cêntimos, no momento, só os cadernos de atividades oferecidos às crianças custam mais do que isto, outras medidas que temos tomado, tem investido fortemente em quem tem dependentes para além do IMI familiar.

Aquilo que se avizinha no próximo ano e com a redução da receita que já temos, sinalizada desde agosto, agora em outubro a coisa tranquilizou um bocadinho, mas voltamos a ter indicadores muito preocupantes.

Esta é uma participação da qual não podemos prescindir para podermos cumprir aquilo que aprovamos aqui em Assembleia, em termos de reduções, de isenções, de benefícios, de atividades e sobretudo do investimento que é feito na área do social e por isso mesmo aquilo que propomos, Sra. Presidente é que a Assembleia aprove a participação variável no IRS de cinco por cento que é aquilo que consideramos que é justo o município arrecadar, para fazer face aos seus compromissos. Muito obrigado.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Obrigada também Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, tem a palavra o Partido Socialista por favor.”

**O Sr. António Godinho do PS:**

“Obrigado Sra. Presidente, saúdo na sua pessoa todos os presentes, uma saudação igualmente para quem nos segue online.

No mundo ideal, o ideal seria que o IRS, tal como todos os outros impostos pudessem descer de modo a aliviar os contribuintes de uma das mais pesadas cargas fiscais da Europa. Isso claro, nem sempre é possível e também temos que ver que o IRS o dinheiro arrecadado é novamente reinvestido na parte social, de preferência na parte social.

Tanto o Governo como o poder local precisam desse dinheiro para reinvestir em quem mais necessita, assim o Partido Socialista irá aprovar esta proposta da Câmara Municipal de Palmela, esperando que no futuro realmente talvez, com um outro olhar e outros intervenientes esta redistribuição seja melhor, bem feita, e possa promover um alívio fiscal em sede de IRS aos portugueses. Obrigado.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Obrigada, Sr. Membro António Godinho.

Srs. Membros da Assembleia alguma intervenção mais?

Vamos votar então.”

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do MIM e um do BE) e dois votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.**

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Agora sim Sr. Presidente se quiser apresentar a proposta seguinte, Taxa Municipal de Direitos de Passagem.”

**PONTO QUATRO – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2021.**

**O Sr. Presidente da Câmara:**

“ Com certeza Sra. Presidente.

Taxa Municipal de Direitos de Passagem para dois mil e vinte e um, há encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, do domínio público e privado municipal, e isto dá origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem, que é definida pelos municípios e que não pode ultrapassar zero vinte e cinco do valor de cada fatura emitida aos consumidores finais.

A taxa de zero, vinte cinco sobre o valor total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes de serviços de comunicações eletrónicas, acessíveis ao público em local fixo, para todos os clientes finais no Município de Palmela, aprovada em dois mil e dezassete, deu origem à seguinte arrecadação de receita: dois mil e dezoito, dezasseis mil e oitocentos euros, dois mil e dezanove, vinte e cinco mil quarenta e cinco euros, dois mil e vinte, a estimativa é de vinte e sete mil cento e quarenta dois euros.

Estaremos sempre a falar de uma receita nesta ordem, que é das autarquias por direito próprio, e por isso não se justifica deixar de cobrar um valor que ainda por cima, já se encontra e estará sempre incorporado no preço dos referidos pacotes de telecomunicações, ou seja, esta ao contrário de outras taxas, não é agravada na fatura como uma taxa que foi aprovada pela Assembleia Municipal e que é paga à parte, não, os operadores já faturam isto tudo e, portanto, é um custo da sua operação utilizar subsolo público, utilizar domínio público e privado municipal com os impactos que isso tem, impactes de conservação do espaço público, impactes ambientais, visuais e outros e, portanto, o que se propõe é que esta magna Assembleia possa lançar a taxa municipal de direitos de passagem de zero vinte e cinco, sobre o valor total da faturação mensal emitida durante o ano de dois mil e vinte e um às empresas que oferecem estas redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo para todos os clientes finais do município de Palmela. Disse Sra. Presidente.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Muito bem.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta a favor, quem deseja intervir?

Não há pedidos de intervenções?

Então vamos votar.”

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE.**

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Sr. Presidente, passamos ao ponto cinco.”

**PONTO CINCO – Transferência de Competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – pronúncia ao abrigo do Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, por alteração dos Decretos-Lei n.º 21/2019 e n.º 23/2019, nos domínios da Educação e da Saúde e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, no domínio da Ação Social.**

**O Sr. Presidente da Câmara:**

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sobre a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais a pronúncia ao abrigo do decreto-lei número cinquenta e seis de dois mil e vinte de doze de agosto, por alteração dos decretos-lei vinte e um de dois mil e dezanove e número vinte e três de dois mil e dezanove,



nos domínios da educação, e da saúde, e ao abrigo do decreto-lei número cinquenta e cinco de dois mil e vinte de doze de agosto, no domínio da ação social.

É sabido, é a matéria que já aqui veio a este fórum, esta Assembleia, que a lei cinquenta de dois mil e dezoito com as alterações da lei cinquenta e um, a mesma data e a Lei das Finanças Locais, veio estabelecer o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais.

Os Órgãos Municipais de Palmela, têm vindo a recusar a transferência de competências previstas nos referidos diplomas legais por estas não correspondem às necessidades efetivas das populações e à realidade das autarquias locais, consagrando como tem sido afirmado o subfinanciamento do Poder Local, a transferência de encargos em distintas áreas, que mais não fazem do que retirar responsabilidades ao Poder Central, colocando sérios problemas à gestão das autarquias e em nada contribuindo para a prestação de melhores serviços antes, pelo contrário, criando novos atrasos à resposta, aos problemas e anseios das populações.

Estando em causa a autonomia do Poder Local constitucionalmente defendida, a sustentabilidade financeira das autarquias a sua organização interna, nomeadamente no que respeita aos recursos humanos e finanças públicas, a desresponsabilização do Estado nas diversas áreas, o aprofundamento das assimetrias entre municípios e regiões. O município de Palmela recusou a descentralização de competências, nas áreas da educação e da saúde para dois mil e dezanove e dois mil e vinte, em vinte de março de dois mil e dezanove e vinte e oito de agosto de dois mil e dezanove e em vinte e oito de março de dois mil e dezanove doze de setembro de dois mil e dezanove, respetivamente na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal.

Considerando que foi entretanto publicado o decreto-lei número cinquenta e seis de dois mil e vinte de doze de agosto, que prorroga o prazo de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais nos domínios da educação e da Saúde, recorro que este diploma prevê que a assunção destas competências tenha de ser assumida até março de dois mil e vinte e dois, já num quadro de novas Eleições Autárquicas, num novo mandato, e num quadro também de experiênciamento, preparação, enfim, de alguns territórios para a assunção destas competências.

Entretanto, foi publicado no passado dia doze agosto em Diário da República, o decreto-lei número cinquenta e cinco de dois mil e vinte, que concretiza a transferência de competências para os Órgãos Municipais e para as entidades Intermunicipais, no domínio da ação social, e que este, para além do mais, este é um diploma que ainda carece de publicação de várias portarias regulamentadoras nas áreas que passaram para a responsabilidade municipal.

Este diploma para quem já teve oportunidade de lê-lo, corresponde a implosão do sistema de Segurança Social, mantendo apenas na esfera do Instituto da Segurança Social Gestão Financeira Fundos, e remetendo para as autarquias todas as outras ações, que a Segurança Social hoje, tem muita dificuldade em fazer, fugindo território, é uma panóplia tão grande de questões, que de facto, não têm consideração, a diversidade no que diz respeito à dimensão e outros aspetos de cada um dos territórios, até porque estão por publicar também e regulamentar muitas das matérias nesta área é mais uma razão até de direito, para que, não se passa nenhum cheque em branco relativamente a esta matéria.

Para além de ter havido também, eduzo aqui, de vários partidos na Assembleia, iniciativas de reapreciação parlamentar de matérias que, no entender de várias bancadas, não podem ser por via do decreto-lei, tem que ser leis da República, discutidas e aprovadas em Assembleia, porque são mudanças muito profundas no sistema do país. E por isto se propõe que a Câmara reiterando estes fundamentos e outros, que já foram aduzidos nas deliberações tomadas em dois mil e dezanove e dois mil e vinte, sobre este assunto, propõe-se que a Câmara proponha à Assembleia Municipal, recusar para o ano de dois mil e vinte e um, a transferência de competências da Administração Central para o município nos domínios da saúde e da educação, tal como previsto, no número três do artigo septuagésimo sexto do decreto-lei, cinquenta e seis de dois mil e vinte de doze de agosto, remetendo para março de dois mil e vinte e dois, a assunção destas competências, assim como também recusar as competências no domínio da ação social de acordo com o número dois do artigo vigésimo quarto, do decreto-lei número cinquenta e cinco de dois mil e vinte de doze de agosto.

Por ora, disse Sra. Presidente.”



**A Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta, intervenções, por favor?

Tem a palavra o Partido Socialista."

**A Sra. Patricia Caixinha do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente da Assembleia, permita-me na sua pessoa cumprimentar a restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, caras e caros Membros da Assembleia, técnicas e técnicos da autarquia e a quem nos assiste via streaming um cumprimento especial.

Sobre este ponto já é conhecida a posição da bancada do Partido Socialista, sobre o tema da transferência de competências para as autarquias locais e sobre a posição desta autarquia relativamente às transferências sobre as quais já deliberámos.

Hoje temos aqui em discussão o domínio da saúde e o domínio da educação que na oportunidade e sobre estes a posição do Partido Socialista refletiu não, a recusa ao processo em si, mas as nossas preocupações relativamente aos recursos, quer humanos, quer financeiros, que seriam disponibilizados para as novas competências e funções e que consideramos que seriam insuficientes nestes dois domínios. Já mencionámos mais do que uma vez, que consideramos que esta autarquia já deveria ter feito um trabalho de negociação e ter tido uma maior intervenção neste processo, da transferência de competências que será uma realidade já em dois mil e vinte e um, vai acontecer e que é essencial esta descentralização para uma proximidade na resolução dos problemas e do conhecimento que se pode ter, na execução, e na resolução dos problemas dos municípios e dos municípios, e que é exatamente essa gestão descentralizada que permitirá atuar mais rapidamente e eficazmente sobre os problemas dos municípios.

Relativamente ao domínio da ação social, a questão fundamental é que não sabemos ainda muito bem o que é que vem, e como é que vem, e a regulamentação sobre a transferência de competências neste domínio precisa de ser decretado para podermos então avaliar se as verbas disponibilizadas são suficientes para podermos executar e concretizar. Seria bom que dois mil e vinte e um fosse o ano, em que, a saúde educação estivessem já descentralizadas no município de Palmela. Embora com patamares mais bem definidos em termos de recursos humanos e financeiros.

Em relação à ação social é uma área em que é ainda prematuro aceitar já, mas que seria importante que a autarquia estivesse mais envolvida nas discussões, e na negociação deste processo, de forma a fazermos parte e a melhorar as condições de transferência de competência neste domínio, caso contrário, teremos que as aceitar, independentemente das condições sem fazermos parte da negociação para condições mais adequadas à realidade e necessidade do nosso município.

Por estas razões, a bancada do Partido Socialista considera que ainda não estão reunidas as condições para aceitar a transferência neste domínio, mas que mais importante do que recusar, é negociar, porque o processo de transferência é essencial pelo que, irá abster-se na votação desta proposta.

Disse, Sra. Presidente."

**A Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sra. Membro da Assembleia Patricia Caixinha.

Srs. Membros da Assembleia outras intervenções? Mais algum pedido?

Dou a palavra a bancada da CDU, por favor."

**O Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente, através de si cumprimento todos os presentes.

Dizer o seguinte, relativamente a esta proposta da Câmara, a bancada da CDU, acompanha a sua proposta de recusa, por razões já conhecidas, algumas até foram aqui apontadas, por quem me antecedeu agora, no seu discurso, mas que efetivamente, porque é uma proposta insidiosa em que o Governo ou os Governos insistem na transferência de competências para os municípios, podendo até parecer que é muito positivo, mas é isso que nos querem fazer crer, que é muito positivo da maneira como está a ser feito.

Nós temos posições claras em Câmaras, na Assembleia da República, onde apresentamos propostas de resolução de muitos dos problemas do nosso país através de uma regionalização que, continua a ser negada, isto não tem nada a ver com regionalização, tem a ver com uma transferência de responsabilidades para os municípios sem o acompanhamento devido, e correto e adaptados e ajustado dos meios como foi aqui citado, estamos de acordo também, dos meios materiais, técnicos, e humanos.

Por essa razão e porque a discussão continua viciada e não é por esta via, que se facilita a vida dos municípios que querem, e quase todos querem trabalhar, em prol da qualidade de vida das pessoas, o nosso sentido de voto é no sentido de recusa, voto contra esta proposta. Muito obrigado.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Obrigada.

Tem agora a palavra o BE.”

**O Sr. Carlos Oliveira do BE:**

“Obrigado Sra. Presidente por me dar a palavra.

Todos nós aqui sabemos o que é que implica esta medida que foi cozinhada nos bastidores do Parlamento pelo PS e pelo PSD. Ela significa, não uma municipalização de competências na área da educação e da saúde, mas a abertura das portas de serviços públicos como a saúde e educação, a concessão a privados e isso na nossa perspetiva leva a que um serviço que se quer publico, de qualidade, democrático, acessível a todas, e a todos, se torne cada vez mais deficiente.

A nossa posição tem sido clara, desde que esta medida foi apresentada, não só nesta casa, mas como também na Assembleia da República, a nossa posição tem sido clara. Não deixamos de estranhar que a posição do PS, e também para as pessoas lá em casa que estão a seguir perceberem, que o PS sobre esta questão anteriormente teve sempre uma posição favorável e agora, não deixo de notar, que se abstém, “*truque velhd'*”, estamos à porta das eleições, não convém agitar as águas, é caricato que a mudança tenha sido repentina, até a intervenção anteriormente nestas questões, era protagonizada pelo Membro da Assembleia José Carlos de Sousa, hoje veio a Patricia Caixinha, mudança, à aqui uma mudança de discurso, uma mudança de política, medidas, “*truque velhd'*”.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, temos a experiência lá fora, mas temos a esperança no nosso país de serviços públicos que já foram concessionados a privados, temos a experiência dos Correios, serviço mau para as pessoas, correspondência a chegar atrasada a tarde, e a más horas, temos a experiência das empresas de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, que foram concessionados a privados, má qualidade do serviço, lixo a acumular-se pelos contentores, depois imputa-se a culpa a quem? Aos municípios, quem é que esteve na base da aprovação destas concessões? E agora temos isto, municipalização, uma palavra bonita, mas, o que é que isto traz atrás, para os municípios que não têm escala, não tem capacidade que garantir a gestão de setores como a saúde e a educação, o que é que fazem? Vão concessionar privados, eu até acredito que, neste momento o município fará um esforço para garantir que isto não saia da esfera do município, mas e no futuro? Com a hipótese de haver outro executivo, de outra cor política, como é que vai ser.

Sra. Presidente, peço desculpa ter-me alongado na intervenção, a nossa tendência de voto a esta proposta é de votar favoravelmente contra a aceitação das transferências destas competências.

Disse Sra. Presidente.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Dou agora a palavra ao PSD/CDS, por favor."

**A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD-PP:**

"Realmente nota-se aqui já nesta Assembleia, algum fulgor eleitoral ou pré-eleitoral, permitam-me porque há quem diga que eu às vezes tomo "Memofante" e é mesmo verdade, no ano transato da parte da bancada do PS foi a mesma pessoa que fez a intervenção, pode não ter defendido exatamente os mesmos pontos, mas efetivamente assim foi. Se, se, recordam lá em casa não nos ouviam, mas aqui diremos que votámos também favoravelmente a não transferência destas competências, pelos mesmos problemas, é que não havia as portarias regulamentares e regulamentadoras e o pacote que nós dizíamos, ainda não se utilizava aquela palavra agora tão célebre dos dinheiros que vêm da Europa, mas os montantes que acompanhavam o pacote financeiro não estava visível, nem os critérios e, portanto, estar a transferir competências só por transferir, ou por dizer que transferimos, efetivamente não chega. Esperemos que isto venha a ser corrigido e já no ano transato tivemos a mesma esperança, em todo o caso sempre diremos que não somos defensores de tudo de ser feito pelas entidades públicas, até porque, às vezes fazem mal, não conseguem fazer e temos exemplos claros, não é que, vamos defender que a saúde deve ser privada, mas defendemos o intercâmbio e colaboração das várias entidades.

Agora aqui para a transferência, as Câmaras devem ter a liberdade de aceitar, ou não aceitar, e isso, no anterior Governo, na questão da educação não foi aceite pela CDU e houve autarquias que aceitaram, agora estarem a impor estes pacotes sem sabermos o que aí vem é um bocadinho complicado, e portanto, vamos votar favoravelmente esta recusa, até porque a pandemia trouxe-nos lições e temos que aprender com aquilo, pelo qual ainda não tínhamos passado, nós, nesta geração, porque aqui o exemplo da vizinha Espanha, sobretudo na área da saúde é bem visível e demonstrativo de que as coisas funcionaram pior que em Portugal e noutros países, e não me parece que nalgumas áreas embora defendamos a transferência de competências, tem que ser devidamente ponderada, devidamente acompanhada, e ver se as autarquias cada uma de per si, consegue ter essas competências, porque efetivamente, se fizermos isto sem olhar para as autarquias e para as suas diferenças, quer território, quer de população, quer de meios, quer de pacote financeiro, aí estamos a fazer uma lei que não terá um impacto, porque há autarquias que não conseguem depois desempenhar cabalmente estas competências e isso já se vê às vezes no caso das Juntas, portanto, é isto tudo que se tem que ter pensado e calculado e, portanto, concordamos para já com esta recusa e mantemos a esperança para o ano de vir a ser mais concretizado com tudo isto, talvez com os dinheiros europeus venha aí algum pequeno milagre e é só."

**A Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção?

Não sei se o Sr. Presidente quer acrescentar algum argumento."

**O Sr. Presidente da Câmara:**

"Duas notas muito breves, Sra. Presidente, se permitir.

Por um lado para partilhar com as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, que estes diplomas, ao contrário de outros que também, uma questão de princípio considerámos que era apressado e que não trazia grandes vantagens para as populações e para as autarquias assumir essa descentralização, há um conjunto já de dezoito diplomas que entrarão em vigor dia um de janeiro de dois mil e vinte e um com regulamentos que temos vindo a aprovar, mesmo hoje alguns dos regulamentos foram mexidos também por necessidade de acomodar outras competências e o chamado trabalho de casa feito há muito tempo, quer nestas que vão

entrar dia vinte e um, quer naquelas que ainda não conseguimos ter um acordo, um consenso, sobre aquilo que aí vem.

Sobre a educação em concreto, quero dizer-vos que à data, em trezentos e oito municípios há apenas cento e um que aceitaram a descentralização de competências nas áreas da educação e que grande parte dos municípios não estão nada satisfeitos com aquilo que está a acontecer e então com as questões colocadas também pela pandemia ainda ficou mais a nu, as dificuldades e depois o pressing para que seja as autarquias a resolver questões que incumbe à Administração Central resolver. E recentemente, numa discussão sobre esta matéria, ocorrida no Porto e que se procurou replicar ainda hoje ao longo do dia, no Luísa Todi, aqui a sul em Setúbal, sobre as questões da descentralização da regionalização, autarcas de várias forças políticas que já tinham inclusivamente, contratos Interadministrativos, para a assunção destas competências anteriores à lei de descentralização de competências, consideram que estes contratos são mais favoráveis para as autarquias em termos de contratualização, transferências financeiras e daquilo que não é acomodado poder ser contratualizado entre o Estado Central e o Estado Local, do que o atual regime de descentralização de competências, que depois de estar do lado de cá, bem podemos andar de mão estendida.

Na saúde, isto deve ser tão bom, talvez por isso, apenas cinquenta e um, tenham aceite, e eu nem vou dar exemplos de outra natureza, uma coisa é um concelho que tem uma Escola Básica integrada, concelhos com quatro mil e quinhentos habitantes, como sete mil habitantes, etc., tem uma Escola Básica integrada, aquilo é fácil de gerir, tem um posto de saúde, não estamos a falar disso, estamos a falar de equipamentos que foram vistoriados nas escolas e na saúde, quando se diz, Sra. Membro da Assembleia, e bem, não vamos ficar aqui numa posição apenas de recusa e vamos negociar, nós temos interagido temos negociado já mandámos duas vezes para trás os mapas que nos enviaram, porque não batem certo, não batem certo nas áreas das coisas que é para reparar, num estudo feito recentemente, pela Associação de Municípios da Região de Setúbal, onde estão autarquias do Partido Socialista, chegou-se à conclusão que há um desvio de dezanove milhões de euros, nesta questão da transferência para a educação, a diferença estamos a falar de onze autarquias, é dezanove milhões de euros.

Isto não se resolve com vinte mil euros por ano para reparações nas escolas, e depois querem fazer obras, façam aquelas candidaturas, paguem um "X" por cento ou façam como o amianto, que depois o dinheiro não chega e afinal já não é participado a cem por cento, porque se os valores são superiores, alguém vai ter que pagar.

Confesso-lhe que temos estado em negociação, só que há coisas que também que já não se avança mais e no caso da ação social ninguém negociou com ninguém, ouviu-se a Associação Nacional de Municípios onde não houve consenso no seu Conselho Diretivo e no Conselho Geral, e não me vou pronunciar sobre a decisão e o comentário do Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios, que não está a defender os municípios, tem ali outra missão, que é claro perceber qual é, e por isso tem tido da generalidade dos municípios muitas reservas, este diploma de ação social, pelas razões que já aqui foram e que V, Exa., também reconhecem é que, de facto, há coisas que ainda estão por regulamentar, mas aqui sim há sérias dúvidas e acredito que muitos, mas mesmo muitos, municípios vão se opor a esta transferência se isto não for revisto, porque vale a pena ler o diploma é assustador, é assustador. Disse, Sra. Presidente"

**A Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta, o que está em causa é votar, a recusa, da aceitação das competências."

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte votos a favor (quinze da CDU, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE) e nove abstenções do PS.**

**A Sra. Presidente de Mesa:**

"Proposta seguinte Sr. Presidente, alteração ao regulamento da estrutura orgânica, pergunto se quer fazer alguma introdução à proposta."

**PONTO SEIS – Alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível.**

**O Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Na sequência da aprovação em Reunião de Câmara, da Alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível, compete à Assembleia Municipal, deliberar sobre o estatuto remuneratório da chefia da equipa multidisciplinar a designar entre os efetivos do município com equiparação a chefia de divisão.

A proposta é que seja equiparado a chefe de divisão, com remuneração e as despesas de representação respetivas, a proposta, obviamente é mais extensa, porque tem aqui a Alteração ao Regulamento, mas essa é outra matéria, que também já fizemos inicialmente uma aprovação à estrutura orgânica nuclear e que previa a criação de uma equipa multidisciplinar e aqui em concreto, o que se pretende colocar à votação é este estatuto remuneratório equivalente a chefe de divisão. Disse Sra. Presidente."

**A Sra. Presidente de Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta, intervenções?"

Vou dar a palavra ao Partido Socialista, Patricia Caixinha."

**A Sra. Patricia Caixinha do PS:**

"Obrigada Sra. Presidente.

Relativamente a este ponto e à semelhança do que temos vindo a referir nas nossas intervenções sobre a Estrutura Orgânica Nuclear, consideramos que é fundamental de facto, a autarquia ter um modelo eficaz e eficiente que permita uma melhor governação, consideramos igualmente que é fundamental preparamos para dois mil e vinte e um e que seria importante realmente adequar a estrutura desta autarquia às novas necessidades e realidades, nomeadamente através do modelo que permitisse um funcionamento mais eficiente e que permitisse esta autarquia prestar um melhor serviço aos seus munícipes.

Já em diversas intervenções sobre este tema, temos vindo a questionar se a estrutura apresentada seria, de facto capaz de dar resposta aos problemas e atender às necessidades dos munícipes, porque essa é a nossa preocupação, discutir um modelo que fosse concebido para dar melhores respostas às pessoas.

Percebemos a necessidade de proceder-se agora as alterações de organização interna e corrigir o modelo para um melhor enquadramento orgânico de algumas unidades funcionais e percebemos também a preocupação com as novas competências que a autarquia vai receber já em Janeiro de dois mil e vinte e um.

Mais uma vez, estamos a falar de uma preocupação a nosso ver, já tardia, desta autarquia, relativamente à necessidade de adequação de uma estrutura às novas competências. Percebemos contudo, a necessidade de as alterações de organização interna apresentadas nesta proposta, para que a adequação possa ser concretizada, no entanto, consideramos que é um mero procedimento de gestão, pelo que a bancada do Partido Socialista, irá abster-se na votação. Obrigada e disse."

**A Sra. Presidente de Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia mais alguma intervenção por favor?"

Dou a palavra ao PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

**A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD-PP:**

“Relativamente à estrutura, refere-nos aqui na página dezassete, alteração ao anexo ao Regulamento, o organograma constante do anexo ao Regulamento e alterado conforme a redação do anexo à presente alteração da qual faz parte integrante, mas aqui na proposta que temos, não temos nenhum organograma junto. É só essa reflexão...”

Para além disso, o nosso voto será de abstenção, porquanto quer esta, quer a outra proposta seguinte, tem a ver com a gestão efetuada pela Câmara, que tem maioria relativa e que está a ser coadjuvada pelo PS, no Executivo Camarário e, portanto, nós vamo-nos abster, porque isso é uma decisão de gestão e, como tal mantemos o nosso voto de abstenção.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Diz que não tem o anexo?”

Sr. Presidente.”

**O Sr. Presidente da Câmara:**

“Não tenho nada a acrescentar Sra. Presidente, a questão da Dra. Rosa Pinto, pode ser legítima, não ter recebido, mas não é isso que estamos aqui, obviamente a analisar, na medida em que, o que veio à Assembleia anteriormente foi a Estrutura Orgânica Nuclear, a outra competência é do município aqui, a proposta procurou vir o mais completa possível, mas.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Alguma intervenção? Não tinha percebido, mas acho que não havia, isto é, não fiquei com a certeza, mas acho que não havia nenhum pedido de intervenção.

Então vamos votar.”

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor (quinze da CDU, dois do MIM e um do BE) e onze abstenções (nove do PS e dois do PPD/PSD.CDS-PP).**

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Então proposta seguinte, Sr. Presidente se quiser apresentar favor.”

**PONTO SETE – Alteração ao Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau.**

**O Sr. Presidente da Câmara:**

“Já aqui foi dito ao longo de um ano de aplicação, percebe-se aqui a necessidade de realizar pequenas correções à redação e ao modelo de organização interna, suprimindo ligeiros erros e omissões e ajustar o Regulamento às novas competências, que o município receberá a partir de um de janeiro, e procurou-se obviamente, aproveitar esta oportunidade também para melhorar o enquadramento orgânico de algumas unidades funcionais.

As principais alterações consistem sumariamente:



Na deslocação do Serviço Municipal de Proteção Civil para o Regulamento da Estrutura Orgânica Mista, ou seja o Serviço Municipal de Proteção Civil, estava neste anterior Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau, mas não é necessário porque com a nova Lei de Bases da Proteção Civil, basta ter o serviço, para ter automaticamente um Cargo de Direção, e na altura quando criámos este serviço dentro dos Cargos de Direção Intermédia, não tivemos esse aspeto em consideração. Sai do Regulamento este serviço, porque tem autonomamente direito a Cargo de Direção.

A outra mudança, tem que ver com a criação do Gabinete Ambiente Eficiência Energética, refletindo aliás a preponderância crescente deste tema da sustentabilidade ambiental, nas suas múltiplas vertentes, e numa lógica transversal dando resposta a todas as áreas de intervenção do município e isto tem que ver não só com novas competências, mas tem que ver sobretudo com um trabalho, cada vez mais consistente, integrado, e aturado, e o gabinete tem de facto, cada vez mais funções, vai ter que, ter mais gente, naturalmente e vai ter, que ter alguém que o dirija.

Numa ampla revisão da redação em vigor, incorporámos ajustamentos na distribuição de competências entre unidades orgânicas, com o intuito de otimizar o funcionamento interno, e suprir algumas omissões, e clarificar a redação, corrigir lapsos, e incorporar as novas competências, como já foi dito, Neste capítulo, realço apenas o adensamento das funções do Gabinete Jurídico, que ficaram muito melhor escalpelizadas nesta redação do Regulamento, e é isto Sra. Presidente, muito obrigado.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então sobre esta proposta por favor, intervenções? Não há?

Votamos.”

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor (quinze da CDU, dois do MIM e um do BE) e onze abstenções, (nove do PS e dois do PPD/PSD.CDS-PP).**

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Sr. Presidente ponto oito, desafetação de domínio público.”

**PONTO OITO – Desafetação de Domínio Público e constituição de Direito de Superfície a favor da Fundação COI, para construção de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, no âmbito do Programa PARES 3.0.**

**O Sr. Presidente da Câmara:**

“Trata-se de Desafetação do Domínio Público e constituição do Direito de Superfície a favor da Fundação COI, para a construção de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, no âmbito do “PARES 3.0”. É conhecido porque estamos numa fase de propositura e de candidaturas de várias instituições do nosso concelho.

Quanto à “Fundação COI – Centro de Ocupação Infantil”, é sobejamente conhecida a sua missão, os seus objetivos, e o seu trabalho e património, trabalho já ao serviço da comunidade nesta área também do social, é de facto uma IPSS de referência a nível local e regional, consciente das necessidades existentes e tendo presente que o envelhecimento da população apresenta-se atualmente como uma problemática central, aliás, no diagnóstico social e em todos os outros instrumentos, esta área continua a ser indicada como aquela que carece progressivamente de mais, e mais, respostas.



A Fundação apresentou um pedido de apoio à autarquia para a cedência de um terreno municipal para a construção de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, entre quarenta a cinquenta utentes, a pretensão está intrinsecamente associada ao "Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais - PARES 3.0.", mais uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, afigura-se como algo muito desejado e reivindicado esta oportunidade deste programa, aliás o município foi pioneiro nesta bandeira junto da Administração Central, para que rapidamente abrissemos aqui "PARES 3.0." ainda nesta legislatura e neste mandato.

Foi analisada a pretensão da "Fundação COI – Centro de Ocupação Infantil", foram identificados os terrenos municipais disponíveis, bem localizados e com características para acolher um equipamento que ainda vai ter alguma dimensão, identificámos então, o terreno na Avenida António Matos Fortuna, com uma área de sete mil trezentos e oitenta e nove vírgula vinte e sete metros quadrados, é uma parcela avaliada em quinhentos e vinte mil e quinhentos euros, com uso destinado a equipamento de utilização coletiva.

Volto a dizer que estas respostas estão no planeamento social, foi validada também pelo Conselho Local de Ação Social de Palmela, como uma área importante. A cobertura que existe no nosso concelho deste tipo de Estruturas ainda é claramente insuficiente e o município o que propõe é que a Assembleia Municipal, aprove a Desafetação do Domínio Público desta parcela de terreno, de forma a podermos viabilizar a cedência gratuita a favor da "Fundação COI – Centro de Ocupação Infantil" em regime de direito de superfície por um período de cinquenta anos, este direito é avaliada em duzentos mil duzentos e cinquenta euros, destinado à construção de "Estrutura Residencial para Pessoas Idosas", no âmbito do "PARES 3.0.", obviamente, propõe-se ainda, que o direito de superfície reverte a favor do município, caso a parcela de terreno seja dado um fim diverso do acima indicado ou se decorridos cinco anos sobre a celebração do contrato, a obra não se encontra ainda erigida e em funcionamento. Disse Sra. Presidente."

**A Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta, está aberta a discussão.

Tem a palavra a o Partido Socialista."

**A Sra. Maria Dulce Marques do PS:**

"Boa noite na pessoa da Sra. Presidente, saúdo todos os presentes nesta Assembleia, bem como todas as pessoas que nos acompanham via digital.

Relativamente a esta proposta de cedência gratuita a favor da "Fundação COI – Centro de Ocupação Infantil" de uma parcela de terreno para a construção de uma "Estrutura Residencial para Pessoas Idosas", no âmbito do "PARES 3.0." dizer apenas que é com grande satisfação que iremos votar favoravelmente pela pertinência e necessidade de resposta e pela idoneidade e trabalho de qualidade desta "Instituição Particular de Solidariedade Social".

Esta candidatura, ao "PARES 3.0." responde a duas das áreas temáticas de intervenção consideradas como eixos estratégicos do "PDS-Plano de Desenvolvimento Social a Inclusão da Pessoa Deficiente e o Envelhecer com Qualidade", é sabido que a capacidade instalada da resposta social neste eixo ainda é manifestamente insuficiente, pelo que desejamos que a candidatura venha a ser aprovada e desenvolvida com sucesso.

Dito isto, consideramos, no entanto fundamental que o Conselho Local de Ação Social de Palmela, atualize os seus instrumentos que servem de base ao planeamento e enquadramento das intervenções que contribuem para uma coesão social, já que o diagnóstico social existente, data de dois mil e catorze, tendo como base os "Censos" de dois mil e onze e que o "Plano de Desenvolvimento Social Existente", remete para o período de dois mil e quinze/dois mil e dezanove. Obrigada pela atenção."

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Obrigada também, Sra. Membro da Assembleia Dulce Marques.

Agora dou a palavra ao PSD/CDS, Maria Rosa Pinto.”

**A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD-PP:**

“Tendo analisado em pormenor esta proposta e de acordo com pedidos também já em anteriores anos, temos pena que não venha acompanhada da planta de localização legível, nem do relatório da avaliação. Acreditamos que está bem feito, com toda a certeza.

Na verdade é a “Fundação COI – Centro de Ocupação Infantil”, cuja sede é em Pinhal Novo, que vem construir ou a tentar aprovar com a bazuca da Europa e com o programa “PARES 3.0.”, uma “Estrutura Residencial para Pessoas Idosas”. Congratulamo-nos que assim seja, mas não podemos deixar de dizer, que muito gostaríamos que tivesse havido sinergias entre as várias Instituições Sociais da Freguesia de Quinta do Anjo, uma vez que também nunca afirmámos que não íamos ser Presidentes da Câmara de Palmela, porque eramos do Pinhal Novo, agora é uma “*graça minha*”, mas também não temos nada contra uma Fundação do Pinhal Novo, vir para Quinta do Anjo. Mas efetivamente se fôssemos nós a aprovar isto, ou a trazer esta proposta, tínhamos pelo menos promovido o conhecimento da parte das Instituições Sociais e “IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social”, da Freguesia de Quinta do Anjo e tentar fazer também uma parceria, porque os quarenta ou os cinquenta utentes vai ser pouco, porque nós estamos a envelhecer e há muitos moradores novos na Freguesia.

Relativamente à localização do terreno, o Vereador Adilo, depois vai dar ali mais uns esclarecimentos. A planta anexa, com as coordenadas, nem se consegue ler as legendas, só com a lupa que eu por acaso não trouxe, tenho-a no escritório.

Sr. Presidente tinha-se comprometido que estas propostas viriam melhor “*acompanhadas*”, mas acredito que não seja falta de vontade da sua parte, pois, na verdade, não é o Senhor efetivamente o proponente, embora o Vereador Adilo também possa ter prometido isso.

Como tal, já fizemos várias vezes, aqui, a afirmação de que consideramos que na política nestes terrenos, nós pedimos até há uns tempos e vamos agora pedir informação adicional atualizada dos terrenos de domínio público e de domínio privado da Câmara, consideramos que há terrenos que a autarquia devia salvaguardar. Não estou a falar deste em concreto, mas é a nossa opinião, porque efetivamente no caso concreto, agora da Quinta do Anjo a Freguesia está a crescer e haverá terrenos que vão ser necessários para planificação a médio e longo prazo, que é o que consideramos, por vezes não ter sido corretamente feito, nomeadamente por exemplo, na localização da escola de Quinta do Anjo, que já teve que ser ampliada e que todos conhecemos os problemas de trânsito que ali tem.

Sabemos também que há ali nas zonas limítrofes também, alguns projetos que foram apresentados para estruturas de idosos, mas até penso que privados e penso que, por exemplo, na questão do Centro Social de Quinta do Anjo, lançava aqui um repto à Câmara, para ver se o terreno anexo se conseguiam fazer ali uma melhor circulação também, porque o trânsito é um pandemónio também quando da entrega das crianças. Não se notaria tanto agora no período pandémico. São estas observações que temos aqui a dar.

O nosso Vereador votou favoravelmente, não temos nada contra a Instituição “Fundação COI – Centro de Ocupação Infantil”, aliás, da Freguesia de Quinta do Anjo, até trabalham lá montanhões, mas efetivamente quando da Câmara diz aqui, que fizeram uma avaliação dos terrenos e que consideram que este é o terreno mais propício, é um entendimento da Câmara, é uma escolha política da Câmara, lamentamos não ter havido as adequadas sinergias que também seriam possíveis com as instituições da freguesia e, como tal consideramos que esta proposta fica muito aquém das nossas expectativas, quer políticas, quer ao nível social, quer ao nível da tal colaboração entre as entidades que todos nós muitas vezes aqui apregoamos. Agora não é só apregoar, temos que praticar, e é só.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Obrigada. Mais alguma intervenção?”

Vou dar a palavra agora a CDU, Sr. Membro da Assembleia Joaquim Pires.”

**O Sr. Joaquim Pires da CDU:**

“Apenas, duas breves notas, no caso da CDU está muito satisfeita com a apresentação desta proposta por parte do executivo, e relativamente tratando a matéria que trata, que naturalmente é tão importante, penso que para todos nós, alguns de nós já estamos no caminho da velhice, e também nos preocupa como é que será essa velhice num país que continua a ter tantas desigualdades e cujo investimento no bem estar das pessoas, agora com o bicho maluco que anda por aí à solta, tem-se provado que não foi tão importante, ou tão devido como efetivamente, deveria ser.

Dar os parabéns à Câmara, pela proposta. É com a “Fundação COI – Centro de Ocupação Infantil”, como podia ser com outra qualquer e, naturalmente que esses projetos estão em mente, estão inseridos no programa da CDU, tendo em conta naturalmente a melhoria/qualidade de vida das nossas populações. Os parabéns e o apoio e a votação favorável da bancada.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Obrigada.

Outras intervenções Srs. Membros da Assembleia?

Dou a palavra agora ao Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira.”

**O Sr. Carlos Oliveira do BE:**

“Obrigado Sra. Presidente, mais uma vez.

Infelizmente, o nosso país não tem uma resposta pública de âmbito social como deveria ter, e à semelhança de outros países europeus, tanto mais que a resposta social está a cargo de Instituições Particulares, mas a grande maioria, noventa e nove por cento de “IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social”, é sabido por todos os valores que muitos utentes têm que pagar, para conseguirem ter um lugar, quando há vaga nestas instituições.

Não havendo alternativa, ainda de âmbito, cem por cento público, vou aprovar esta proposta, esperando que o valor que é poupado a esta instituição, reverta para o desconto dos valores pagos pelos utentes mais carenciados, disse.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Desculpe, eu não percebi, peço desculpa, Sr. Membro da Assembleia, Carlos Oliveira, não percebi.

Esperando que o valor...”

**O Sr. Carlos Oliveira do BE:**

“O valor que esta instituição vai poupar com este terreno, que é cedido pela Câmara, reverte para diminuição do valor pago pelos utentes nas verbas pagas mensalmente.

Fiz-me entender?”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Já percebi, não tinha percebido antes.

Então mais alguma intervenção Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta?

Senhor Presidente da Câmara.”

**O Sr. Presidente da Câmara:**

“Muito obrigado Sra. Presidente para breves esclarecimentos.

Em primeiro lugar, clarificar como já referi, o município envolveu-se há vários anos e fez também propostas já este ano no sentido de reivindicar à tutela a existência de um programa desta natureza. Disso deu nota a todos os Membros da Rede Social e são muitos no nosso Conselho Local de Ação Social.

Assim que tivemos a boa nova da abertura de um programa desta natureza que aplaudimos, o município foi também desmultiplicador da informação e dos alertas e dos requisitos que é necessário preencher para que todas as “IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social” e “Estruturas Sociais” do nosso concelho que entendessem, que tivessem isso no seu objeto social e condições se candidatassem, aliás, até do ponto de vista do Regulamento município nas últimas semanas, até fez propostas de alteração à tutela e viu acolhidas também algumas observações, nomeadamente algumas obrigações que colocariam em causa a possibilidade do município apoiar em tempo útil e as próprias instituições se candidatarem tempo útil, e por isso Sra. Presidente, uma nota, peço que esta proposta possa ser aprovada também em minuta, para que sirva para a instrução da candidatura que tem que dar entrada até dia trinta de novembro.

Quanto aos terrenos, os terrenos municipais nós temos terrenos de vária natureza, mas temos os terrenos identificados até por via de cedências, de operações de loteamento, etc., aqueles que são para equipamentos e temos mais numas localidades do que noutros, todo aquele eixo tem de um lado e de outro terrenos municipais para equipamentos.

Do outro lado da Avenida António Doutor Matos fortuna, se a ARS-LVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, quiser e estamos a trabalhar nessa matéria e só nós estamos mais adiantados porque infelizmente o POR Lisboa diz que não abre mais avisos para unidades de Saúde Familiar, mas o Sr. Presidente da Junta sabe disto e temos trabalhado neste assunto e já reunimos com a ARS-LVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, poderemos vir a ter uma nova Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo, toda aquela zona tem terrenos e tem espaço para equipamentos desta natureza.

Divulgámos esta oportunidade junto de todas as “IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social”, na reunião que ocorreu de Câmara, aqui há umas horas atrás, aprovámos três compromissos de acompanhamento destas candidaturas a três “IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social”, o compromisso de apoio de quinze por cento do valor das suas candidaturas até a valor um valor máximo de cem mil euros, cada uma.

Vamos ter também do Centro Social da Quinta do Anjo e eventualmente também da Misericórdia de Palmela, ainda duas candidaturas, que eu terei de aprovar e levar a ratificação da Reunião de Câmara e que certamente vai merecer a aprovação unânime de todos, de mais duas instituições que estão a ultimar os processos para que até sexta-feira, consigamos aprovar também este compromisso de ir a jogo, com eles, financeiramente.

A dimensão do equipamento, a sua resposta que não é o local, interessa pouco, nós chegámos a ter ao longo de muitos anos neste município, até intenções de investimento de “IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social”, e de organizações não-governamentais, com fins sociais, que não são do concelho sequer, mas queriam fazer em Palmela respostas sociais, esta instituição é do concelho, é uma instituição de prestígio e de referência, não vai deixar de fazer a candidatura por causa da falta de um terreno, se o Centro Social de Palmela, ou qualquer outra entidade precisar de terreno, nós arranjamós, mas não foi isso que nos foi solicitado, foi solicitado apoio financeiro para algumas ampliações, obras de beneficiações, etc., etc., uma coisa, são equipamentos novos, outra coisa são equipamentos que precisam de ser reabilitados e há muitos a precisar.

Por último, dizer algo que me esqueci de referir no início da proposta, para além da resposta aos idosos, penso que, vinte dos lugares destinam-se a uma população específica, doentes de Alzheimer, que é também uma das grandes peças da resposta social que temos no país, mas em particular aqui também, na região e na Península de Setúbal.

Será uma resposta que, pretendemos que seja, sobretudo para os cidadãos do concelho, mas muitas das respostas que a Fundação tem dado, são respostas até de nível regional e, por isso tem que ter investimento público, e tem certamente interesse público, espero que sejam bem apoiados e financiados, da nossa parte esta foi a forma de apoio que encontramos, é um terreno e o interesse público estará sempre salvaguardado, se a candidatura tiver o azar de não ser aceite, de haver algum problema, o terreno de volta à posse do município e temos mais terrenos para equipamentos se outras Instituições e Associações pretenderem investir em equipamentos que são identificados como prioritários no concelho.

Posso dizer-lhe que há instituições de outras freguesias que querem construir noutras freguesias e fora dos centros das freguesias. Nós estamos sempre disponíveis para a solução, nenhuma candidatura há de ficar coxa por falta de apoio do município, seja em terrenos, seja financeiro. Disse."

**A Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente, muito bem.

Sobre esta proposta, com esta ressalva que o Sr. Presidente fez, nós ao aprovarmos, penso que é o que vai acontecer a seguir, faremos a aprovação em minuta para que a proposta possa de imediato produzir os seus efeitos.

Temos aqui a dispensa de um dos Membros da Assembleia não vota, Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa, por ligação que tem à Fundação, é assim a regra sempre, quando alguém tem alguma relação com algumas das instituições ou empresas, envolvidas em propostas, não pode votar essas propostas.

Vamos votar."

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, um do PPD/PSD-Colin Marques, dois do MIM e um do BE) e uma abstenção do CDS-PP-Maria Rosa Pinto.**

**A Sra. Presidente de Mesa:**

"Vamos para a última proposta, Sr. Presidente, Empréstimo Bancário."

**PONTO NOVE – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de investimentos candidatados ao «Portugal 2020» - Adjudicação.**

**O Sr. Presidente da Câmara:**

"Trata-se de um dos catorze empréstimos dos investimentos que são financiados e candidatados ao "Portugal 2020", diz respeito à requalificação do Centro Cultural de Águas de Moura, um empréstimo a submeter à "Linha BEI PT 2020 - Autarquias", tem um montante de financiamento aprovado de cento e noventa e oito mil cento e setenta e dois euros, não é novidade já trouxemos a outras reuniões, é um empréstimo bancário de médio longo prazo, as condições do BEI são estas, os termos e os contratos, isto é um pouco igual em todo o país e solicitamos então à Assembleia, a aprovação deste empréstimo.

Disse Sra. Presidente."

**A Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta, algumas? Não?

Tem a palavra, a Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto.”

**A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD-PP:**

“Dizer que votaremos favoravelmente esta proposta.

Esta sim, vem completa, tem a ficha técnica, a minuta do contrato. Aqui não há papéis a mais nem a menos. Na outra efetivamente a minha abstenção deve-se também ao facto de trazer papéis a menos e requeremos que em propostas futuras venham acompanhadas do que requeremos, sob pena de abandonarmos a votação, e é só.”

**O Sr. Presidente da Câmara:**

“O Sr. Vereador Adilo é que ficou com os papéis todos.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Srs. Membros da Assembleia, mais alguma questão a acrescentar a esta proposta?

Vamos votar.”

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE).**

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Srs. Membros da Assembleia desculpem, eu esqueci-me no início da sessão, que nós temos uma ata para aprovar, é a ata da reunião realizada em vinte e quatro de setembro, ata número trinta e um, pergunto se há alguma questão que tenha sido identificada que queiram colocar.

Questões de pormenor, retificações, etc., poderão ser enviadas por favor para os serviços.”

**A Ata número trinta e um, de vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE).**

**O Sr. Presidente da Câmara:**

“Sra. Presidente, é para recordar a necessidade de aprovar em minuta a ata no ponto respeitante à outra deliberação.”

**A Sra. Presidente de Mesa:**

“Está-se a referir à sessão de hoje, eu propus que aquela proposta em concreto fosse aprovada, mas aprovamos em minuta a ata desta sessão para que possa produzir efeitos.

Antes de irmos embora se estiverem de acordo, temos tido aqui algumas hesitações em relação à data da próxima reunião ordinária da Assembleia e estamos em condições de dizer, neste momento que ela deverá acontecer no dia dezassete de dezembro é quinta-feira, dia das nossas reuniões habitualmente e por essa razão, penso que estaremos todos mais sintonizados.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, continuação de uma boa noite para todos, uma boa semana e até ao dia dezassete.”

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.”

---

Palmela, aos vinte e cinco dias de novembro de dois mil e vinte.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete